

Levantamento do CFM avalia gasto per capita em saúde pública; indicadores mostram que valores aplicados pelos municípios sofreram queda de mais de R\$ 10 bilhões

Os governos federal, estaduais e municipais aplicaram, em 2014, por dia R\$ 3,89 per capita para cobrir as despesas públicas com saúde dos mais de 204 milhões de brasileiros. Ao todo, o gasto por pessoa em saúde naquele ano foi de R\$ 1.419,84. É o que aponta o mais recente estudo do Conselho Federal de Medicina (CFM), feito em parceria com a ONG Contas Abertas, a partir de informações sobre as despesas apresentadas pelos gestores à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, por meio de relatórios resumidos de execução orçamentária.

A atuação do Brasil, segundo os dados mais recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), está abaixo da média das Américas, cujo investimento per capita do setor público em saúde, em 2013, foi de US\$ 1.816. – enquanto no Brasil, naquele ano, foi de US\$ 523 (cerca de 70% menor).

Em ritmo regressivo, as aplicações em saúde por parte da esfera pública, já corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caíram 0,93% entre 2013 e 2014, atingindo a cifra de R\$ 290,3 bilhões – cerca de 3 bilhões a menos que no ano anterior. Esse montante agrega todas as despesas na chamada “função saúde”, destinada à cobertura das ações de aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e outras com impacto direto na área. Boa parte desse dinheiro é usada também para o pagamento de funcionários, dentre outras despesas de custeio da máquina pública.

Consolidação das Contas Públicas		
Função Orçamentária Saúde*		
Valores constantes (R\$) **		
Esfera de Governo	2013	2014
União	97.166.766.677,09	100.874.606.991,88
Estados	79.389.384.658,82	83.233.688.754,28
Municípios	116.465.650.416,34	106.179.144.556,50
Gasto Total	293.021.801.752,25	290.287.440.302,67
<i>Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional *Despesas na Função Saúde, excluindo a modalidade 91 (Aplicações diretas / Operações intra-orçamentárias). **Valores atualizados pelo IPCA</i>		
Gasto per capita / ano	1.445,10	1.419,84
Gasto per capita / dia	3,96	3,89

O decréscimo de R\$ 10,3 bilhões nas despesas municipais (déficit de 8,83% em relação ao ano anterior) impulsionou negativamente o desempenho nacional, comprometendo o tímido aumento de dispêndios por parte dos Estados e da União – da ordem de 3,82% e de 4,84%, respectivamente. Para o economista e secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, há nexo claro entre algumas decisões do governo federal e inúmeras implicações nos Estados e municípios.

“Em 2013 e 2014, com a preocupação predominante da reeleição, o governo aprofundou o uso da política fiscal para tentar reativar a economia a qualquer custo. Isenções e benefícios fiscais foram concedidos sem os resultados esperados. Assim, as receitas que já vinham diminuindo em decorrência da retração econômica, foram também afetadas pelos benefícios fiscais e isenções, o que fez murchar também as arrecadações dos estados e dos municípios”, explicou.

Ele acredita que os estados e os municípios têm parcelas de culpa na retração de seus investimentos em decorrência, sobretudo, da falta de planejamento. “Diversos deles, nas épocas de ‘vacas gordas’, concederam reajustes generosos de salários e aumentaram o número de servidores, despesas que não podem ser reduzidas com facilidade. Quando as dificuldades surgiram, os cortes em investimentos foram utilizados para minimizar o déficit”, afirmou.

O presidente do CFM, Carlos Vital, avalia que a carência financeira pode ainda ampliar os problemas enfrentados pela rede de hospitais federais, conveniados, filantrópicos e santas casas, que no ano passado sofreram com sucessivos atrasos e falta de pagamentos. “Por conta do subfinanciamento histórico e da má gestão, todo o sistema está comprometido. As autoridades precisam reconhecer a saúde pública como prioridade. Os problemas do setor começam com a definição destas prioridades e se estendem para a transposição de metas e para o orçamento e sua execução. Trata-se de um perverso ciclo, reforçado pela carência de recursos e pela descontinuidade das ações administrativas nos estados e municípios, além da leniência e da corrupção”.

No cenário mundial, desempenho do Brasil é baixo - Dados do Global Health Observatory Data Repository, mantido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), revelam que do grupo de países com modelos públicos de atendimento de acesso universal o Brasil era, em 2013, o que tinha a menor participação do Estado (União, Estados e Municípios) no financiamento da saúde. Esta é análise mais recente com relação ao tema.

Considerando a fatia pública do total das despesas em saúde, no Brasil, esse percentual é de 48,2%. A proporção é baixa se comparada ao verificado em países como o Reino Unido (83,5%), França (77,5%), Alemanha (76,8%), Espanha (70,4%), Canadá (69,8%), Argentina (67,7%) e Austrália (66,6%).

Em se tratando de despesas em saúde per capita, em dólares, o Brasil, que gasta US\$ 1.085, incluindo os gastos feitos pelos setores público e privado. Seu desempenho só não está pior do que a Argentina (US\$ 1.074). Estamos deficitários em relação a todos os demais países mencionados: Canadá (US\$ 5.718), Alemanha (US\$ 5.006), França (US\$ 4.864), Reino Unido (US\$ 3.598), Espanha (US\$ 2.581).

Desempenho de países com modelos públicos de atendimento de acesso universal			
País	Participação do gasto público (%)	Investimento per capita em	
		Setor Público e Privado	Setor Público
Reino Unido	83,5%	3.598	3006
Suécia	81,5%	5680	4628
França	77,5%	4.864	3771
Alemanha	76,8%	5.006	3846
Espanha	70,4%	2.581	1818
Canadá	69,8%	5.718	3991
Argentina	67,7%	1.074	727
Austrália	66,6%	6110	4070
Brasil	48,2%	1.085	523
Média Global	59,5%	1040	619
Média da Europa	74,5%	2354	1753
Média das Américas	49,2%	3694	1816
<i>Fonte: Global Health Observatory Data Repository</i>			

Fonte: [CFM](#), em 29.02.2016.